

STJ00114699

Organizador

Michael Schneider Flach

MINISTÉRIO PÚBLICO, ESTADO DE DIREITO, JUSTIÇA E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

AUTORES

Ana Maria Moreira Marchesan | Annelise Monteiro Steigleder | César Antônio Coradini da Silva
Charles Emil Machado Martins | Denise da Costa Dias Scheffer | Douglas Fischer | Érico Fernando Barin
Fábio Roque Sbardellotto | Gustavo Schneider de Medeiros | Hermes Zaneti Júnior | Hugo Nigro Mazzilli
João Paulo Fontoura de Medeiros | Júlia Flores Schütt | Leonel Severo Rocha | Luciano de Faria Brasil
Marcelo Cacinotti Costa | Márcio Schlee Gomes | Mauro Fonseca Andrade | Mauro Henrique Renner
Michael Schneider Flach | Paulo Natalício Weschenfelder | Pedro Rui da Fontoura Porto
Roberto Carmai Duarte Alvim Júnior | Rodrigo da Silva Brandalise | Vinicius de Melo Lima



**tirant
lo blanch**

Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Capa e diagramação: Analu Brettas

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

1223077

M264

Marchesan, Ana Maria Moreira

Ministério público, estado de direito, justiça e sociedade contemporânea / Ana Maria Moreira Marchesan...[et al.]; Michael Schneider Flach (Org.). – 1.ed. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2022.

492 p.

ISBN: 978-65-5908-373-2

1. Administração pública. 2. Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU: 347.963(816.5)

Bibliotecária responsável: Elisabete Cândida da Silva CRB-8/6778

DOI: 10.53071/boo-2022-07-03-62c2211ab0f02

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art 184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).



**tirant
lo blanch**

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2909, sala 44.

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP: 01401-000

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com

www.tirant.com/br - www.editorial.tirant.com/br/

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>João Ricardo Santos Tavares e Michael Schneider Flach</i>	
PREFÁCIO	8
<i>Edilson Mougenot Bonfim</i>	
INTRODUÇÃO.....	14
<i>Cláudio Barros Silva</i>	
A AUTONOMIA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO	21
<i>Paulo Natalicio Weschenfelder</i>	
A PERDA AMPLIADA: NATUREZA JURÍDICA E CONFORMAÇÃO CONSTITUCIONAL	47
<i>Érico Fernando Barin</i>	
A REVOLUÇÃO DIGITAL E A TRANSFORMAÇÃO DA IDEIA DE PROPRIEDADE.....	79
<i>Luciano de Faria Brasil</i>	
A TUTELA JURÍDICA DA PAISAGEM NO BRASIL.....	93
<i>Annelise Monteiro Steigleder</i>	
CERCAMENTO DE ACUSAÇÃO: NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO E SUPERAÇÃO DA CULTURA ANTIACUSATÓRIA	112
<i>Mauro Fonseca Andrade</i>	
DA INDISPONIBILIDADE GERAL DE BENS: CAUTELARIDADE À MEDIDA ASSECURATÓRIA REAL PARA O PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	132
<i>Júlia Flores Schütt e Rodrigo da Silva Brandalise</i>	
DEMOCRACIA: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO.....	156
<i>Hugo Nigro Mazzilli</i>	
(IM) PARCIALIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO PENAL.....	180
<i>César Antônio Coradini da Silva</i>	

INTERROGATÓRIO JUDICIAL: ATO CONDUZIDO PELO JUIZ OU PELO ADVOGADO DE DEFESA?	198
<i>Douglas Fischer</i>	
MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: EVOLUÇÃO SISTÊMICA, PROTAGONISMO E ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO	213
<i>Pedro Rui da Fontoura Porto e Leonel Severo Rocha</i>	
MINISTÉRIO PÚBLICO E SISTEMA ACUSATÓRIO NO PROCESSO PENAL: ALGUMAS REFLEXÕES FUNDAMENTAIS.....	234
<i>Márcio Schlee Gomes</i>	
“NOVAS REFLEXÕES” SOBRE AS DECISÕES MONOCRÁTICAS NA ESFERA CÍVEL EM CASOS DE INTERVENÇÃO OBRIGATÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – LIMITES E NULIDADES	253
<i>Ana Maria Moreira Marchesan e Hermes Zaneti Júnior</i>	
O JUIZ DAS GARANTIAS À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL AO PROCEDIMENTALISMO INSTRUMENTAL E SUA (IN)ADEQUAÇÃO ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	279
<i>Fábio Roque Sbardellotto</i>	
O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INSTITUIÇÃO DE GARANTIA E DEFENSOR DO POVO	305
<i>Vinicius de Melo Lima, Denise da Costa Dias Scheffer e Marcelo Caciniotti Costa</i>	
O PROCESSO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, SUAS TENDÊNCIAS ORIENTADORAS E A VÍTIMA DE CRIME.....	321
<i>Charles Emil Machado Martins</i>	
O RANSOMWARE E AS CRIPTOMOEDAS COMO INSTRUMENTOS DO CIBERCRIME NO SÉCULO XXI	354
<i>Roberto Carmai Duarte Alvim Júnior</i>	
“PROCESSO COMO ‘DISCURSO IMANENTE’” E “SECUNDUM EVENTUM LITIS”: A SALVAGUARDA DISCURSIVA DO QUE QUER QUE “DO” POVO SE ESTEJA A TUTELAR “PELO” POVO E “PARA” O POVO	372
<i>João Paulo Fontoura de Medeiros</i>	

REGIME JURÍDICO-PENAL DOS JOVENS ADULTOS DELINQUENTES: COMO É E COMO DEVERIA SER	403
<i>Gustavo Schneider de Medeiros</i>	
SISTEMA PENAL, SOCIEDADE E GARANTISMO UNIVERSAL	438
<i>Michael Schneider Flach</i>	
SOCIEDADE DE RISCO E A EXPANSÃO DO DIREITO PENAL	466
<i>Mauro Henrique Renner</i>	